

## Novo modelo de gestão escolar

Graças a uma parceria com o Instituto Itaú Social e o Instituto Fernand Braudel, o governo do Estado de São Paulo vai começar a testar, na rede de ensino fundamental, o modelo de gestão escolar que foi adotado há oito anos pela Prefeitura de Nova York e que vem, desde então, apresentando excelentes resultados. A ideia da Secretaria Estadual de Educação é aplicá-lo inicialmente nos dez colégios da capital com os piores resultados nas avaliações oficiais. Segundo o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), metade dos alunos da quarta série dessas escolas não consegue ler um texto simples e tem dificuldades para fazer as quatro operações aritméticas.

Em seguida, a Secretaria da Educação quer estender o modelo para todos os colégios situados nos bairros mais carentes da zona leste, oferecendo apoio técnico, supervisionando o trabalho pedagógico, aumentando o controle sobre as frequências dos docentes e estudantes e estimulando os diretores e os professores a se envolverem cada vez mais com os pais dos alunos. Como essas escolas estão localizadas em áreas problemáticas, a Secretaria pretende registrar todos os casos de violência e pedir providências urgentes aos órgãos policiais. O objetivo é que os diretores de cada colégio passem a se responsabilizar pelo aprendizado dos alunos e a prestar contas dos resultados de sua gestão.

A reforma escolar de Nova York - cujos colégios públicos tinham salas superlotadas, tinham um alto número de estudantes acima da idade adequada para a série, seguiam currículos defasados, apresentavam altas taxas de repetência e evasão e baixos índices de conclusão de curso e frequentemente eram palco de conflitos de gangues - começou a ser implementada durante a gestão do prefeito Michael Bloomberg, em 2001. As escolas mais problemáticas estavam situadas nas áreas mais pobres, principalmente no sul do Bronx e no Queens, que são bairros de imigrantes.

O modelo adotado por Bloomberg para recuperar o sistema educacional novaiorquino, que fora reduzido a escombros após sucessivos governos populistas, introduziu importantes inovações. Uma delas foi o aumento dos salários dos professores e a concessão de estímulos financeiros para que morassem próximo do local de trabalho, o que atraiu profissionais qualificados de todo o País. Foram ampliadas as prerrogativas dos diretores, que passaram a ter liberdade para gerir recursos, elaborar currículos, demitir professores faltosos ou desmotivados e escolher serviços de apoio. Também foram criadas equipes de coordenadores encarregadas de desenvolver uma cultura de respeito mútuo entre estudantes, bem como equipes de segurança com a incumbência de identificar pontos de tensão nos corredores e escadarias, antes que a situação saísse do controle.

Os diretores também passaram a ser avaliados e os que apresentavam desempenho considerado insatisfatório eram advertidos. Os que não conseguiram mostrar progressos foram sendo demitidos. Além disso, foi criada uma "Academia de Liderança", um programa de treinamento rápido para aspirantes a diretor, que paga diretores experientes para serem mentores e instrutores. E, com apoio de organizações não-governamentais, a rede escolar novaiorquina passou a recrutar jovens talentos recém-formados nas universidades para lecionar

as matérias para as quais é difícil encontrar professores. Cada aluno passou a ser testado quatro ou cinco vezes ao ano, para avaliar seu progresso individual e identificar problemas de aprendizagem. Os estudantes disfuncionais passaram a ser tratados com maior rigor e os pais passaram a ser chamados para ajudar na aplicação das sanções disciplinares.

Com essas medidas, a violência diminuiu e o aproveitamento escolar aumentou. O sucesso dessa política foi estudado pelo diretor-executivo do Instituto Fernand Braudel, Norman Gall, que a relatou em artigos publicados no Estado no ano passado e, com apoio financeiro do Instituto Itaú Social, formulou um projeto para sua aplicação no Brasil, que o governo paulista encampou. Ainda que a experiência possa esbarrar em eventuais obstáculos jurídicos e resistências dos sindicatos de professores, a iniciativa não poderia ser mais oportuna.